



Ao  
**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA/DF**

**A/C: PREGOEIRO (A) OFICIAL**

**Edital de Pregão Eletrônico 90002/2026**

**MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 86.729.324/0002-61, estabelecida à Avenida V nº 901A, Distrito Industrial – Cuiabá/MT, através de seu representante legal infra-assinado, devidamente representada para o ato, vem, respeitosamente, perante Vossas Senhorias, **IMPUGNAR o Edital de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico 90002/2026**, em conformidade com o disposto no artigo 164, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, pelo que passa a expor e ao final requerer o seguinte.

## **I – DO OBJETO**

O mencionado certame licitatório tem por objeto o **“AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO NO INTUITO DE ATENDER AS DEMANDAS DE ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS OCUPADOS PELO MAPA, MPA E MDA.”**

## **II – DA IMPUGNAÇÃO**

Em razão da solicitação de documentação excessivas no **ANEXO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**, conforme segue:

*f. Relatório de Ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, de acordo com a norma técnica ASTM D1308 - Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, Período 10h: Água destilada, destilada, quente.- Álcool Etílico (50% fria.- Água volume).- Vinagre (3% de ácido acético).- Solução de sabão.- Solução detergente.- Frutas.- Óleos e Gorduras - Manteiga, margarina, banha, gordura vegetal, óleos vegetais, etc.- Condimentos - ketchup (ketchup) e mostarda.- Bebidas - café, chá, cacau. (Madeira);*

*g. Relatório de Ensaio emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, de acordo com a norma técnica ASTM D1308 - Ensaio para determinação do efeito de produtos químicos domésticos, Período 10h: Água destilada, destilada, quente.- Álcool Etílico (50% fria.- Água volume).- Vinagre (3% de ácido acético).- Solução de sabão.- Solução detergente.- Frutas.- Óleos e Gorduras - Manteiga, margarina, banha, gordura vegetal, óleos vegetais, etc.- Condimentos - ketchup (ketchup) e mostarda.- Bebidas - café, chá, cacau. (Madeira); Apresentar de para todos os itens o Certificado de Conformidade de processo preparação e pintura em superfícies metálicas atestado por OCP com avaliação mínima às normas ABNT NBR 4628-3:2015, 8094:1983, 9209:1886, 11003:2010, 14847:2002, 14951-1:2018, 8095:2015, 15156:2015, 15158:2016, 15185:2004, 10443:2008, ASTM D 523:2014, ASTM D 523:2014, ASTM D 3359:2017, ASTM D 3363:2011, ASTM D 7091:2013, ASTM D 2794:2010, JIS-Z 2801:2010, Norma 2794/2010, Norma 7091/2013 Norma 10545/2014.*

*m. Apresentar Certificado atestado de qualificação NBR 15761:2009, NBR 14.810:2018 e NBR 15.316:2019 para madeira e revestimento;*

**MILANFLEX IND. E COM. DE MÓVEIS E EQUIP. LTDA**

**Avenida V, Nº 901-A – Distrito Industrial – CEP: 78098-480 – Cuiabá/MT – Fone/Fax: 65 3317-2100  
CNPJ: 86.729.324/0002-61 – Insc. Est.: 13.193.116-4 – e-mail: adm@milanflex.com.br**



Os requisitos essenciais à contratação não devem ser excessivos ou demasiadamente específicos, para não restringir a competição, garantindo assim a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, alinhada às premissas de sustentabilidade, qualidade e eficiência.

Ao solicitar a apresentação de documentos excessivos, este órgão limita a participação de diversas empresas aptas e interessadas em participar do certame. Ressalta-se ainda que inserir no instrumento convocatório exigências restritivas sem qualquer justificativa plausível, vai contra o princípio da competitividade e acaba prejudicando o certame. O agente público não pode estabelecer restrições que contrariem o interesse público.

É importante destacar que, de acordo com a Lei 14.133/2021, qualquer exigência técnica que possa restringir a competitividade deve ser acompanhada de uma justificativa clara e bem fundamentada sobre a necessidade dessa exigência.

Por isso, nesta impugnação, solicitamos que a documentação exigida nas **alíneas f, g e m**, sejam retirados do Edital. Isso porque, para este certame já estão sendo exigidos diversos documentos técnicos, e ao apresentar esses documentos, a empresa participante mostra que possui capacidade de produzir e entregar produtos de qualidade para esta administração.

### III – DOS FATOS E DO DIREITO

A empresa, ora Impugnante, obteve o Edital de licitação através do site, analisando-se todas as suas condições de entrega, pagamento, documentações, especificações técnicas e valores estimados, e após as verificações, a empresa detectou que a documentação solicitada mostra-se totalmente excessiva, limitando o acesso de empresas na licitação, por não atender as exigências exclusivas deste certame.

Este órgão limitará consideravelmente a participação no certame de empresas aptas interessadas em fornecer ao Ministério da Agricultura e Pecuária/DF, visto que os Laudos e Certificados, foram solicitados de maneira excessiva, no Edital do referido Pregão Eletrônico.

Ressalta-se que tal atitude deste Órgão fere os princípios elencados no artigo 11 da Lei 14.133, principalmente o Princípio da isonomia e o Princípio da livre concorrência.

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

*II - Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;*

*III - Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;*

*IV - Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.”*

**MILANFLEX IND. E COM. DE MÓVEIS E EQUIP. LTDA**

**Avenida V, Nº 901-A – Distrito Industrial – CEP: 78098-480 – Cuiabá/MT – Fone/Fax: 65 3317-2100  
CNPJ: 86.729.324/0002-61 – Insc. Est.: 13.193.116-4 – e-mail: adm@milanflex.com.br**



#### IV - DO REQUERIMENTO:

**Diante de todo o exposto acima, solicitamos a Vª. Sª que:**

- 1 – Seja acolhida a presente Impugnação;
- 2 – Sejam retiradas as exigências excessivas de apresentação de Laudos e certificados, de modo que amplie a competição afim de não fracassar do certame que certamente demanda trabalho desta comissão;
- 3 – Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §2º do artigo 12 do decreto 3555 de 2000.
- 4 – E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital.

Dessume-se assim, por todo o arrazoadado e diante destas irregularidades, que os motivos para que essa Comissão Julgadora decrete a nulidade do edital, observando-se os princípios da moralidade, igualdade, julgamento objetivo, transparência e isonomia, dentre outros, que todo procedimento licitatório deve atender, é patente, sob pena do procedimento ser apreciado pela esfera do Poder Judiciário, face à inobservância das prescrições Legais pertinentes à matéria, evitando-se, por conseguinte, qualquer tipo de favorecimento aos demais participantes, como medida de **JUSTIÇA**.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Cuiabá, 10 de fevereiro de 2026.

  
**Milanflex Ind. Com. de Móveis e Equip. Ltda.**  
**Gilmar Francisco Milan**  
**Sócio-proprietário**  
CNPJ: 86.729.324/0002-61